



LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: QUAL A RELAÇÃO DESSE MATERIAL COM GÊNERO E SEXUALIDADE?

OLIVEIRA, Márcio de¹

UEM/UNESPAR

PAGANI, Carlos²

UEM/UNICESUMAR

RESUMO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.395/96), a criança é obrigada a passar pela escola, no Ensino Fundamental. Nessa etapa, é muito comum o uso de livros didáticos para as mais variadas disciplinas. Neste sentido, o presente artigo busca analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, dois livros didáticos, escolhidos aleatoriamente, direcionados a turmas de quinto ano da disciplina de Língua Portuguesa. Essa análise se desdobra em relação aos temas de gênero e sexualidade: esses livros discutem esses aspectos? As imagens dos livros repassam informações? Essas e outras questões são apresentadas no decorrer desse artigo de modo a dialogar com as possíveis construções permitidas [ou não] pelos livros didáticos. Conclui-se que os materiais analisados apresentam, ainda, muitos estereótipos de gênero: alguns argumentos utilizados pelos/as autores/as demonstram características “naturais” de meninos e meninas, assim como as imagens apresentadas direcionam o pensamento para esses estereótipos. Ainda é preciso muita mudança nos recursos utilizados em sala de aula, de modo que propicie para a comunidade escolar (envolvendo, principalmente alunos/as e professores/as) reflexão, discussão e problematização do que é estudado em sala de aula.

Palavras-chave: Livros Didáticos; Gênero; Sexualidade; Estereótipos; Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

¹ Pedagogo pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente na Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranavaí. E-mail: marcio.1808@hotmail.com

² Formado em Letras pelo Centro Universitário de Maringá. Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Maringá. Docente no Centro Universitário de Maringá. Docente na Faculdade Alvorada. E-mail: paganimva@gmail.com

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



No processo de ensino e aprendizagem escolar, temos uma sequência de fatores externos e internos envolvidos que corroboram [ou não], com a aprendizagem do/a aluno/a para formá-lo/a à cidadania. Podemos pensar os fatores externos como o meio social em que está inserido/a, as experiências, as tradições e crenças que conhece e muitos outros conhecimentos sociais que o/a aluno/a aprende antes de ir à escola. Já os fatores internos são os instrumentos que a escola utiliza para consolidar e dar novos saberes aos/às seus/suas discentes: equipe de colaboradores/as (professores/as, diretores/as, equipe de apoio), salas de aula, recursos audiovisuais, biblioteca, livros didáticos etc. Sobre esse último, o presente artigo desdobra a sua atenção, de maneira a analisar as possibilidades de discutir [ou não] questões de gênero e sexualidades.

Todos os fatores, além de proporcionarem ao/à aluno/a conhecimentos cientificamente comprovados e registrados, transmitem também conceitos sociais que tem a intenção de formar o/a aluno/a capaz de viver em sociedade. E isto, muito nos preocupa: qual a corrente ideológica que vem sendo disseminada à educação sexual, especificamente em relação ao gênero e à sexualidade, dentro da sala de aula, registrada nos livros didáticos?

Para atingirmos nossos objetivos, foram analisados, neste artigo, dois livros didáticos da Língua Portuguesa, escolhidos aleatoriamente, direcionados ao quinto ano do Ensino Fundamental. A título de organização, em primeiro momento vamos discutir acerca da importância do livro didático de Língua Portuguesa e os perigos da normatização social. Logo após, a discussão versará a respeito do papel da escola frente às novas conjunturas sociais. O terceiro momento apresentará considerações sobre os dois casos analisados.

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E OS PERIGOS DA NORMATIZAÇÃO SOCIAL

É de conhecimento comum que hoje em dia o livro didático faz parte da vida acadêmica do/a aluno/a e do/a professor/a. Ele tornou-se um instrumento que serve para auxiliar ambos/as no processo de ensino e aprendizagem. Tal instrumento,

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



especificamente o livro de Língua Portuguesa, trabalha com a língua vernácula e suas relações na sociedade, ou seja, no estudo da língua dentro do livro de Língua Portuguesa há a gramática, o texto e, juntamente com esses, a propagação de correntes sociais.

A partir da propagação de correntes sociais por meio do livro didático de língua portuguesa, nos deparamos com a seguinte questão: qual(is) ideologia(s) tem(êm) se propagado nas salas de aulas? Ou melhor, o que leva a propagação de uma ou outra ideologia excluindo as demais? Para responder essas questões, primeiro vamos pensar na importância do livro didático, para depois, então, apresentarmos os perigos ali encontrados.

Para entender a importância do livro didático voltemos há alguns anos. Em 1929 é criado o Instituto Nacional do Livro (INL) para auxiliar a produção do livro didático no país, em 1938 e 1945 estabelece a legislação que o livro deve atender em seu conteúdo. Já em 1966, o MEC com parceria estrangeira distribuiu livro didático em escolas públicas com a renovação trienal. De lá pra cá, com uma ou outra mudança nos órgãos responsáveis pelo livro didático, somente a menos de uma década que os livros são impedidos, ao menos deveriam ser impedidos, por fazerem secessão de gênero e discriminação à orientação sexual em seu conteúdo (FNDE, s/d), mesmo assim, porém, chegam à sala de aula.

O livro didático é um símbolo do avanço da educação pública no Brasil na qual o governo é incumbido a oferecer subsídios à educação e não queremos aqui desprezar ou minimizar a importância deste material, é percebido, porém, que essa ferramenta, por ser um veículo de formação direto na fonte, ou seja, direto na população, tem também se transformado em aliado para a imposição, alienação e normatização de condutas e práticas sociais: deixa de ter apenas o caráter de instrução à língua, para ser arma de segregação³.

Não somos contrários ao livro de Língua Portuguesa apresentar textos e atividades que abordem temáticas sociais, pelo contrário, somos propícios à

³ Essa segregação será melhor discutida no item “Livros didáticos: dois casos analisados”.

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



PlayBook



formação integral dos/as educandos/as para a cidadania. O Parâmetro Curricular Nacional (PCN), em seu volume I que discorre dos eixos comuns, já protagoniza um trabalho voltado à formação do indivíduo integral, isto inclui o tema Orientação Sexual (BRASIL, 1997) que tem sua discussão ampliada no volume 10 (dez). O PCN traz reflexões importantíssimas que, muitas vezes, estão em desacordo nos livros didáticos. Observe que para a formação do sujeito à cidadania devemos ser favoráveis, para a divisão normativa que tem sido feita por meio do livro, entretanto, não.

No caso dos estudos de gênero e orientação sexual nos livros didáticos é nítida a heteronormatividade, a família baseada apenas no patriarcalismo, a segregação de atividades e condutas de meninos e de meninas e a discriminação a outras formas de organização familiar (OLIVEIRA, 2013). E, se porventura, questionarmos algum docente acerca disso, provavelmente teremos a seguinte resposta: mas o objetivo do exercício é estudar só gramática, não o tema do texto. E assim, muitas vezes sem perceber, infelizmente, tornam-se multiplicadores de discriminação.

A concepção de discutir apenas a gramática e não o tema dos textos é facilmente contestado ao folhear um livro de língua portuguesa. Sem dificuldade podemos averiguar que o livro vai além do ensino estrutural da língua. Traz em seu conteúdo, percebido nos textos e atividades, um direcionamento ao/à aluno/a para que este/a forme o pensamento “correto”, muitas vezes encoberto pela concepção do chamado valores sociais impostos como aceitáveis. Segundo Lajolo (1996, p.05),

[...] em sua forma mais comum, livros didáticos contêm textos informativos (sobre Ciências, sobre Gramática, sobre Geografia...) aos quais se seguem exercícios e atividades. A expectativa do livro didático é que, a partir dos textos informativos, das ilustrações, diagramas e tabelas, seja possível a resolução dos exercícios e atividades cuja realização deve favorecer a aprendizagem [...].

A mesma autora ainda afirma que

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



[...] num livro didático, tudo precisa estar em função da situação coletiva da sala de aula, para com ele se aprenderem conteúdos, **valores e atitudes específicos**, sendo que se espera que a aprendizagem não se processe apenas pela leitura das informações que o livro fornece, mas também pela realização das atividades que ele sugere (LAJOLO, 1996, p. 05, grifos nossos).

Como podemos ver na supracitação, os livros também têm o papel de criar valores, os quais raramente abordam as diversidades presentes na sociedade. Neste mesmo pensamento, outro ponto a ser considerado é que justificados/as pela proposição de “formar um/a cidadão/cidadã para o convívio em sociedade” tem se condicionado fortemente o/a aluno/a para apenas um direcionamento social. Isso, infelizmente, acaba excluindo as diferenças presentes na escola, de modo que, muitas vezes, a pluralidade é vista como um “problema”.

Os conteúdos do livro didático são assimilados pelos/as alunos/as, e muitas vezes pelo/a próprio/a professor/a, como corretos, como axiologias irrefutáveis. E é nisto que o livro didático de língua portuguesa torna-se um reprodutor de paradigmas sociais. Reproduz o padrão social, a normatividade estabelecida em algum dado momento na constituição sociedade e pouco exploram as diversidades. Quando se refere à diversidade sexual e de gênero, menos ainda, ou quase nada, são apresentados nos livros didáticos de Língua Portuguesa e, quando são, rapidamente volta à discussão da gramática e não do tema. Quando se discute gênero e sexualidades intensamente, com mais afinco, é porque provavelmente ele elege o direcionamento social predominante, como a heteronormatividade por exemplo.

Apresentaremos no próximo tópico o papel da escola frente às novas conjunturas sociais, evidenciando os aspectos que interferem na formação humana, como, por exemplo, as relações de gênero e sexualidades.

O PAPEL DA ESCOLA FRENTE ÀS NOVAS CONJUNTURAS SOCIAIS

A escola pode, talvez, ser considerada como uma engrenagem que tenta arquitetar e ajustar o convívio em sociedade. Fica, além da família, na

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



responsabilidade dela a formação do sujeito para vida em sociedade e é nela que este terá muitas novas experiências: interação com outros indivíduos da mesma faixa etária, contatos com outros de vivências diferentes, a ideia, quiçá falha, de hierarquia professor/a e aluno/a, sujeitos de organizações diferentes etc., enfim, conhecerá um mundo que não conheceu dentro da primeira instituição social que participa.

Na primeira instituição social que o sujeito participa, ele aprende, mesmo de forma empírica, o conceito de família, homem e mulher, crença, tradição etc. e é na escola que serão alargados esses conceitos. Ele até pode ter encontrado a diversidade entre os/as amigos/as, no bairro, na instituição religiosa, contudo é na escola que isso amplifica. É na escola que é presenciada a junção de organizações familiares diversas, experiências de vidas distintas, crença, conhecimentos, opiniões, ou seja, a escola torna-se um centro de vivência e formação.

A escola tem este papel fundamental na sociedade: a função social de expansão das possibilidades e conhecimentos em relação aos sujeitos (BUENO, 2001). Papel que nenhuma outra instituição consegue contemplar tão bem quanto a escola, ou, ao menos, não deveria desempenhar mais que a escola. Não é porque essas outras instituições de convívio são muito mais desenvolvidas que a escola, e sim porque a escola deixa a desejar na formação íntegra e ampla do sujeito em relação à multiplicidade e diversidade social, ainda mais no que tange à sexualidade.

Talvez por consagrados tabus sociais e sexuais, tem se observado a escola como uma reprodutora de estigmas e ideologias segregadoras e excludente a uma parcela menor que também está presente na sociedade. É evidente que escola deve sim, conforme exposto no PCN de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, “[...] completar a educação dada pela família” (BRASIL, 1997, p. 124), mas concomitantemente, também oferecer “[...] uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar” (BRASIL, 1997, p. 124). Como já exposto, expandir as possibilidades e conhecimentos, e sim no tocante a orientação sexual, também é dever da escola.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Não é, contudo, o que tem acontecido. A escola tende, quase sempre, a um padrão heteronormativo e, sem análise e reflexão, reproduz os gêneros masculino e feminino como absolutos e seus lugares na sociedade, desconsiderando a diversidade sexual presente na própria sociedade que a escola está inserida e que deveria formar o sujeito para viver em tal sociedade. É preciso discutir e refletir sobre outras possibilidades: homossexuais e bissexuais, por exemplo.

Outro problema que facilmente pode-se constatar pela reprodução da heteronormatividade, é que a luz da diversidade de gênero e necessidades socioeconômicas tem formado novas conjunturas familiares não, muitas vezes, reconhecidas pela escola. Já temos em sala de aula filhos/as de pais/mães/responsáveis homossexuais, criados pelos/as avôs/avós, por união estável de heterossexuais. Este último é pouco conhecido, mas quando, por exemplo, duas mulheres ou dois homens heterossexuais convivem por necessidade de demanda socioeconômica e educam uma criança, também é uma conjuntura familiar.

Considerando que a sociedade está em constante mudança e diante dessas novas conjunturas, ainda não asseguradas por lei por mero interesse político-financeiro do Estado, mas já presente no dia a dia do/a educando/a e da realidade escolar, as instituições de ensino necessitam rever, reanalisar, reavaliar e se organizar para atender a essas consolidações familiares a fim de preservar o inciso IV, art. 3, da Constituição Federal, que preconiza “[...] promover o bem de todos [e de todas], sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, art. 3).

Neste sentido, vamos, adiante, apresentar uma análise de dois livros didáticos de Língua Portuguesa, destacando alguns aspectos relacionados à formação de gênero e sexualidades.

LIVROS DIDÁTICOS: DOIS CASOS ANALISADOS

Analisar livros didáticos é uma tarefa necessária e, ao mesmo tempo, difícil, pois vários são os aspectos que precisam ser levados em consideração, tais como:

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





época a qual foi publicado, objetivo do livro, público alvo, conteúdo etc. Este último será nosso foco neste momento, por conta do objetivo proposto neste artigo.

Neste momento, vamos discutir algumas questões encontradas em 02 (dois) livros didáticos. Lembramos que a escolha dos mesmos foi aleatória e realizada em uma escola municipal pública. Como recorte, foram escolhidos dois livros direcionados ao quinto ano do ensino fundamental, da disciplina de Língua Portuguesa⁴.

A análise que segue foi realizada com o objetivo de entender o que é posto, nos livros, a respeito de gênero e sexualidades, de modo a observar se esses aspectos se fazem [ou não] presentes nos materiais que as crianças em idade escolar – neste momento as crianças de quinto ano – têm acesso.

O primeiro livro⁵ logo na apresentação já exhibe um preconceito, embora não seja relacionado a gênero e sexualidades, pontuamos interessante mencionar. As autoras iniciam o livro didático com o seguinte excerto:

Você já alcançou duas conquistas muito importantes em sua vida: o momento em que descobriu alguns sons e pronunciou a primeira palavra, **tornando-se um falante**, e o momento em que você descobriu o sentido de algumas letras e leu a primeira palavra, tornando-se um leitor (LEITE; BASSI, 2008, p. 03, grifos nossos).

É sabido que a inclusão tem sido discutida com maior ênfase desde a década de 1990⁶, no entanto a apresentação desse livro didático exclui os/as alunos/as não falantes de sua apresentação quando afirma que quem tem acesso a esse livro já se tornou um/a falante. É preciso tomar certos cuidados ao escrever um livro, de modo a incluir todas as possíveis diferenças nesses discursos.

⁴ Essa disciplina foi escolhida por conta de apresentar maior abertura aos conteúdos relacionados aos valores sociais, pois apresenta uma variedade de gêneros e tipologias textuais com os mais variados assuntos.

⁵ LEITE, Márcia; BASSI, Cristina. **LER: leitura, escrita e reflexão**. 5º ano. São Paulo: FTD, 2008.

⁶ Sobre o assunto, ler: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994) e Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



PlayBook



O mesmo livro, ao discutir a festa junina⁷, apresenta em um texto, como o menino e a menina devem se vestir para a respectiva festa: “[...] para as meninas, o batom vermelho e as bochechas rosadas dão o toque final. Nos meninos não pode faltar um bigodinho” (LEITE; BASSI, 2008, p. 37). Com isso é possível perceber um estereótipo de gênero, ou seja, é posto como meninos e meninas devem se vestir na festa junina, de modo a impossibilitar outras características. Aí surgem alguns questionamentos: se um menino não gosta de usar bigode, ele não pode participar da festa junina? Caso uma menina não se sinta bem com batom vermelho e a bochecha pintada, esta também não poderá participar da festa? O menino pode usar batom vermelho e bochecha pintada? A menina pode usar bigode? Essas situações precisam ser discutidas e problematizadas nos livros didáticos, a fim de não propagar estereótipos.

Quando o assunto estudado é a memória, as autoras Leite e Bassi (2008) trazem para discussão um texto intitulado “nas ruas do Brás”, o qual um garoto descreve como era sua infância nas ruas do bairro Brás, na cidade de São Paulo. A certa altura do texto, surge o seguinte excerto:

[...] as crianças no Brás passavam o dia soltas. Minha irmã, como as outras meninas, não ia para longe do portão: brincava de boneca no quintal e de amarelinha na calçada, pulava corda com as amigas e às vezes jogava futebol comigo, mas minha mãe não gostava disso; dizia que não era brincadeira de menina. Eu tomava café, corria para a rua e só voltava para comer; vivia alucinado atrás da bola (LEITE; BASSI, 2008, p. 166).

Neste excerto fica bastante evidente os papéis de gênero vivenciados ainda na infância das crianças. O menino com atividades voltadas para espaços públicos, abertos; enquanto a menina não ia longe do portão, brincando de boneca no quintal: espaço cercado, fechado, privado. Lembramos que o fato de mencionar atividades de meninos e meninas, em sua maioria jogando bola e brincando de boneca

⁷ Embora não seja o objetivo deste artigo, vale lembrar que caberia uma discussão a respeito da laicidade na Educação.

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



PlayBook



respectivamente, não seja o maior dos problemas, o que deveria ser feito é uma discussão/problematização a respeito de tais colocações, de forma a desconstruir certas “verdades absolutas” aceitas socialmente.

O livro de Leite e Bassi (2008), porém, também apresenta algo interessante e que deve ser destacado: em um dos capítulos do livro, numa discussão sobre diário⁸, a maioria dos exemplos de diários apresentada são escritos por meninas, destacando que aparentemente somente elas escrevem em diários, mas há uma fala interessante de um menino: “[...] eu vejo as meninas escrevendo num diário e fiquei com vontade de ter um só pra mim. Vou começar contando sobre uma grande confusão que aconteceu na classe hoje” (LEITE; BASSI, 2008, p. 189). Esse excerto pode dar a ideia de que meninos e meninas, independente do gênero, podem realizar as mesmas atividades. Essa situação pode provocar em alunos/as e/ou professores/as a ideia de que as atividades (brincadeiras, atitudes, modos de agir) realizadas não interferem no gênero, sendo que tanto menino como menina pode realizar as mesmas atividades.

Leite e Bassi (2008) ainda apresentam uma história em quadrinhos (HQ) para a discussão do conteúdo de melhores amigos/as. Em nossa análise, entretanto, a escolha da HQ não foi bem feita. Em um primeiro momento, é apresentada a seguinte história:



Reprodução: Leite e Bassi (2008, p. 212).

⁸ Uma espécie de livro ou caderno com anotações diárias.

Realização:

Apoio:



Patrocínio:



PlayBook



Na história apresentada há uma frase da personagem principal, no último quadrinho, colocando como um problema o fato da prima ser uma menina. Historicamente, a mulher tem sido colocada como inferior em nossa sociedade machista. Essa situação de empoderamento do homem sobre a mulher faz com que exista violência de gênero. E essa reprodução social infelizmente tem adentrado aos muros da escola. Assim, “[...] é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (LOURO, 1997, p. 81).

Ainda no primeiro livro analisado, é apresentada a seguinte imagem:



Reprodução: Leite e Bassi (2008, p. 213).

Essa imagem, se não discutida criticamente, pode apresentar a ideia de que sempre os meninos devem ser sujos e desorganizados, contrariamente à ideia de que as meninas devem ser limpas e organizadas. Essa segregação dos gêneros faz com que uma criança ou adolescente que frequenta a escola e tem acesso a esse material pense que há apenas um modo de vivenciar o gênero, ou seja, as “atividades de meninas” devem ser realizadas somente por elas, enquanto as “atividades de meninos” devem ser realizadas apenas por eles.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



O segundo livro didático⁹ analisado aqui também apresenta situações que envolvem estereótipos ligados a gênero. Isso instiga-nos a tecer algumas considerações.

Quando o assunto discutido é “brincadeiras”, as autoras do livro escolhem textos que ilustram os estereótipos existentes na sociedade. Um trecho apresenta que “Garotos não entram em dança de roda e garotas mantêm distância dos sacos e pontapés distribuídos numa partida de garrafão” (CARVALHO; ANSON, 2011, p. 83). Esse excerto reafirma mais uma vez as características de meninos e de meninas, sendo que eles preferem as brincadeiras de ação, pontapés, selvagens e valentes, enquanto elas preferem brincadeiras calmas, de dança, suaves. Isso nos faz remetermos a um questionamento: as crianças preferem tais brincadeiras divididas por gênero ou são ensinadas a preferir? Outro trecho é bem enfático na segregação de meninos e meninas: “[...] meninos e meninas são unânimes em separar o que é exclusividade de um sexo do que é de outro no conjunto de jogos do folclore infantil” (CARVALHO; ANSON, 2011, p. 83).

Ao discutir sobre dragões, as autoras apresentam um excerto que também traz considerações sobre os gêneros: “[...] o dragão **solta** fogo pela boca, **assusta** princesas e **desafia** heróis para a luta” (CARVALHO; ANSON, 2011, p. 124, grifos do original). Mais uma vez a leitura que se faz é de que os meninos (heróis – masculino) são fortes, valentes e as meninas (princesas – feminino) são medrosas.

Ainda é mostrado um texto que faz referência aos príncipes (que antes de serem beijados eram sapos), conforme a imagem abaixo:

⁹ CARVALHO, Regina; ANSON, Vera Regina. **A grande aventura**: Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2011.

Realização:



Apoio:



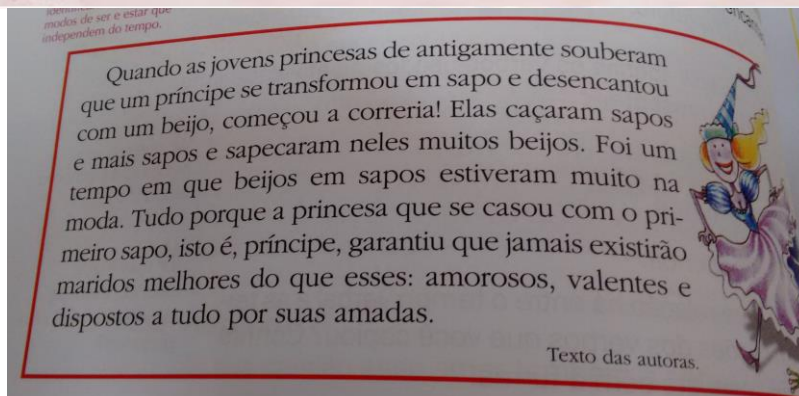
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Fonte: Carvalho, Anson (2011, p. 124).

Mais uma vez é colocado o gênero masculino como valente, embora o adjetivo “amorosos” o acompanha. É preciso, principalmente na escola, analisar as questões de gênero e sexualidade. Entendemos esses dois conceitos como interligados e que necessitam de aprofundamentos com os/as alunos/as, professores/as e quem esteja ligado ao processo de formação.

PALAVRAS FINAIS

Sabendo-se que há, comumente, práticas pedagógicas em sala de aula com a utilização do livro didático de Língua Portuguesa pelos/as professores/as, foi apresentada a importância de refletir sobre qual direcionamento social o material de apoio pedagógico tem disseminado aos/às discentes, pois, por ser objeto que vincula uma representação da identidade nacional, a Língua Portuguesa, não é cabível, até mesmo inconcebível, ser objeto de propagação de discriminação e, por resultado, de segregação da sociedade, da nação.

Também podemos afirmar, ao menos para os livros analisados e não para a maioria, que esses livros apresentam, em casos específicos, elementos que, infelizmente, mantêm e fortalece o direcionamento social heteronormativo, no qual servem também, esses casos específicos, de instrumentos para manutenção da realidade da minoria permanecer fora dos muros da escola.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Ainda é interessante ressaltar que os livros analisados apresentam alto teor de segregação de gêneros quando apresentam, em várias situações, atividades direcionadas estritamente para meninos e meninas.

Por fim, devemos lembrar que o papel da escola não é, em nenhum momento, atuar como pivô de segregação ou rejeição frente às conjunturas arquitetadas socialmente. Destarte, é que temos famílias que saem da tríade pai, mãe e filho/a na qual a escola, centro de formação, não tem assimilado como parte integrante na sociedade. É preciso contemplar nos currículos – para envolver nas práticas escolares – situações de reflexão e discussão das mais variadas conjunturas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 04 abr. 2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 101-110. 2001.

CARVALHO, Regina; ANSON, Vera Regina. **A grande aventura**: Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2011.

FNDE. **Livro Didático** – histórico. s/d. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



LAJOLO, M. **Livro didático**: um (quase) manual de usuário. 1996. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

LEITE, Márcia; BASSI, Cristina. **LER**: leitura, escrita e reflexão. 5º ano. São Paulo: FTD, 2008.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Márcio de. **Gênero na Literatura Infantil: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2013.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação**: na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

ABSTRACT

According to the Law of Guidelines and Bases of National Education (9395/96), the child is forced to go through the school in elementary school. At this stage, it is very common to use textbooks for a variety of disciplines. In this sense, this paper analyzes, through a bibliographic and documentary research, two textbooks, chosen at random, targeted groups of the fifth year of the discipline of Portuguese Language. This analysis unfolds in relation to gender and sexuality issues: these books discuss these aspects? The images these books pass on information? These and other questions are presented throughout this article to dialogue with the possible constructions permitted [or not] the textbooks. We conclude that the analyzed materials also exhibit many gender stereotypes: some arguments used by the author show "natural" characteristics of boys and girls, as well as the images presented direct thought to these stereotypes. Although much change in resources used in the classroom is necessary, so that is conducive to the school community (involving mainly students and teachers) reflection, discussion and questioning of what is studied in the classroom.

Key-words: Textbook; Gender; Sexuality; Stereotypes; Portuguese Language.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook